



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

<http://www.ccsa.ufrn.br/ojs/index.php/ambiente>

<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

ISSN 2176-9036

Artigo recebido em: 20.08.2012. Revisado por pares em: 09.10.2012. Reformulado em: 25.11.2012. Avaliado pelo sistema double blind review.

ANÁLISE DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL DE EMPRESAS BRASILEIRAS QUE NEGOCIAM ADRS NA BOLSA DE VALORES DE NOVA IORQUE (NYSE)

AN ANALYSIS OF THE ENVIRONMENTAL DISCLOSURE LEVEL OF BRAZILIAN COMPANIES THAT NEGOTIATE ADRS ON THE NEW YORK STOCK EXCHANGE (NYSE)

ANÁLISIS DEL NIVEL DE DIVULGACIÓN AMBIENTAL DE LAS EMPRESAS BRASILEÑAS QUE NEGOCIAN ADRS EN LA BOLSA DE VALORES DE NUEVA YORK (NYSE)

Autores

Wilker Barroso Miranda

Possui Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia (FACIC/UFU). Endereço: Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco F, Sala 1F215. Bairro: Santa Mônica. CEP: 38.400-902. Uberlândia - MG.

Brasil. Telefone: (34) 3239-4176. Fax: (34) 3239-4176

E-mail: wilker2011@hotmail.com

Rodrigo Fernandes Malaquias

Possui graduação em Ciências Contábeis, Especialização em Controladoria e Finanças, Mestrado em Administração e Doutorado em Administração de Empresas pela Fundação

Getúlio Vargas (EAESP/FGV). Professor da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia (FACIC/UFU). Endereço: Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco F, Sala 1F215. Bairro: Santa Mônica. CEP: 38.400-902. Uberlândia - MG.

Brasil. Telefone: (34) 3239-4176. Fax: (34) 3239-4176

E-mail: rodrigofmalaquias@yahoo.com.br

RESUMO

Na sociedade atual, a preocupação das companhias com assuntos sociais e ambientais é um fator preponderante para a continuidade de suas atividades. Tendo em vista esse fato, percebe-se a relevância de uma comunicação eficiente entre as empresas e seus *stakeholders*, no que se refere às práticas socialmente responsáveis. Nesse contexto, este trabalho apresentou como objetivo geral comparar o nível de *disclosure* ambiental fornecido pelas companhias brasileiras de capital aberto em suas demonstrações contábeis, comparando os dados dos relatórios publicados em 2005 com os publicados em 2010. Para isso, avaliaram-se as demonstrações contábeis de 25 empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA) que negociam papéis na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). Os resultados apresentados mostraram que o nível de *disclosure* aumentou com o decorrer do tempo. Além disso, foi possível verificar que a variável tamanho parece exercer influência no nível de evidenciação ambiental das empresas.

Palavras-Chave: Evidenciação Ambiental. Tamanho. Demonstrações Contábeis.

ABSTRACT

In the current days, the concern of companies with environmental and social issues is an important factor for the continuity of their activities. This fact shows the importance of efficient communication between companies and their stakeholders, with regard to socially responsible practices. In this context, the aim of this paper was to compare the level of environmental disclosure provided by the listed Brazilian companies in its financial statements, comparing data from reports published in 2005 with those published in 2010. With data from the financial statements of 25 Brazilian companies that was listed on the Brazilian (BM&FBOVESPA) and North-American (NYSE) capital markets, the main results show that the disclosure level increased from 2005 to 2010. Furthermore, we found that the company's size seems to influence the level of corporate environmental disclosure.

Keywords: Environmental disclosure. Company's size. Financial Statements.

RESUMEN

En la sociedad actual, la preocupación de las empresas con las cuestiones sociales y ambientales es un factor importante para la continuidad de sus actividades. Ante este hecho, se muestra la importancia de una comunicación eficaz entre las empresas y sus grupos de interés, en relación con las prácticas socialmente responsables. En este contexto, el presente trabajo presenta como objetivo general comparar el nivel de información ambiental proporcionada en los estados financieros de las empresas brasileñas que cotizan, y también comparar los datos de los informes publicados en 2005 con los publicados en 2010. Para ello, fueron evaluados los estados financieros de 25 empresas y los resultados mostraron que el nivel de divulgación aumentó con el tiempo. Además, se encontró que la variable tamaño parece influir en el nivel de divulgación ambiental de las empresas.

Palabras Clave: Divulgación Ambiental. Tamaño. Estados Contables.

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, a preocupação das empresas com questões sociais e ambientais é um fator preponderante para a continuidade de suas atividades. Tendo em vista esse fato, nota-se a importância de uma comunicação eficiente entre as organizações e os seus *stakeholders* no que se refere às práticas socialmente responsáveis.

Ribeiro e Bellen (2008) asseguram que a contabilidade ambiental exerce uma função de destaque na organização e na divulgação das informações inerentes ao meio ambiente nos relatórios empresariais. Os autores observam, também, que as informações ambientais, apesar da ausência de obrigatoriedade de sua divulgação, já são necessárias no dia a dia das grandes companhias brasileiras.

Para Costa e Marion (2007, p. 21), há a necessidade de segregar os dados ambientais nas demonstrações contábeis, o que permite um destaque no acompanhamento dos resultados entre períodos e companhias, e proporciona maior qualidade para o processo de tomada de decisão.

De acordo com Rover e Borba (2006), a elevação da preocupação com a degradação ambiental é refletida nas informações divulgadas, visto que as empresas devem informar aos usuários seu comportamento em relação ao meio ambiente. Assim, os autores consideram que a contabilidade colabora para o *disclosure* das informações ambientais ao identificar, mensurar, registrar e interpretar os fatos internos e externos dos atos das entidades.

Segundo Ribeiro e Gasparino (2006), com o aumento do interesse pela criação de um desenvolvimento sustentável e uma padronização da contabilidade em todos os países, de acordo com as normas do *International Accounting Standards Board* – IASB, é relevante ter noção sobre o que está sendo feito em relação à contabilidade ambiental, visto que a deterioração do meio ambiente está presente em todo o mundo.

Levando em conta que, a partir de 2008, as empresas brasileiras passaram a seguir normas de contabilidade mais próximas das internacionais, para a elaboração de suas demonstrações contábeis (CARDOSO *et al.* 2008), este trabalho busca responder à seguinte questão de pesquisa: qual a diferença entre o nível de evidência ambiental dos relatórios contábeis das empresas brasileiras de capital aberto fornecido nos relatórios contábeis de 2005 e 2010?

Escolheram-se, para comparação, os períodos de 2005 e 2010, em razão de autores como Calixto (2006) terem apresentado que, de 1997 a 2005, o nível de evidência ambiental exposto nos relatórios contábeis das empresas brasileiras de capital aberto aumentou. Assim, será possível detectar se esse aumento continuou constante até o ano de 2010, que representa o período com os dados mais recentes.

Dessa forma, o objetivo geral do trabalho foi comparar o nível de evidência ambiental fornecido pelas empresas brasileiras de capital aberto em seus relatórios contábeis, comparando as informações dos relatórios publicados em 2005 com os publicados em 2010. Como objetivos específicos, foram elencados os seguintes:

- selecionar uma amostra de empresas para análise;
- selecionar um instrumento de coleta de dados para analisar a evidência ambiental;
- quantificar o nível de evidência ambiental presente nos relatórios das empresas, nos anos de 2005 e 2010;
- verificar as diferenças entre os níveis de evidência nos citados períodos, a partir da aplicação de técnicas estatísticas de análise;
- analisar possíveis fatores que estão relacionados com o nível de evidência ambiental.

Rover e Borba (2006) apontam que a necessidade de evidência ambiental é um assunto contemporâneo e importante. Além de a companhia poder criar métodos de gestão

ambiental por meio da geração de dados ambientais, a sociedade, ao mesmo tempo, vem exigindo que essas empresas demonstrem as consequências que suas atividades trazem para o meio ambiente.

Nessa linha, Ribeiro e Gasparino (2006) asseveram, também, que, por meio da verificação de relatórios ambientais de entidades de países desenvolvidos, pode-se apurar se existem destaques de práticas de ações ambientais em prol do meio ambiente e divergências em termos de nível de *disclosure* de informações sobre o tema. Além disso, outra contribuição que o presente trabalho pode fornecer é mostrar o potencial impacto que a convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade sobre o nível de evidenciação ambiental das empresas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE E EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL

A Contabilidade é a responsável pela “elaboração e fornecimento de informações aos usuários internos e externos sobre eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial da entidade” (SOUZA e RIBEIRO, 2004, p. 56). Com isso, a evidenciação contábil por meio dos relatórios contábeis/financeiros consiste em uma ferramenta essencial para que a contabilidade cumpra com seu objetivo principal. O nível de evidenciação das empresas é fundamental para o adequado funcionamento de um mercado de capitais eficiente (HEALY e PALEPU, 2001), sendo também um fator que contribui com a mobilidade internacional de capitais (YOUNG e GUENTER, 2003), resultando, ainda, em menores custos de capital para empresas que possuem relatórios com informações mais completas (BAUMAN e NIER, 2004; ALENCAR e LOPES, 2005).

De maneira geral, há dois tipos de evidenciação contábil: voluntária e compulsória. A evidenciação compulsória relaciona-se àquela exigida por normas específicas, enquanto que a voluntária depende das decisões da administração da empresa o que, contudo, não a torna menos necessária ou relevante que o *disclosure* compulsório. Bueno (1999) destaca que, independentemente de voluntárias ou compulsórias, as informações devem ser as mesmas para os diferentes grupos de usuários, com o objetivo de se evitar a existência de grupos com informações privilegiadas. Neste trabalho, o estudo refere-se à evidenciação voluntária.

Na ótica de Marques *et al.* (2010), a contabilidade ambiental se estabelece em uma das vertentes da contabilidade que tem como possibilidade evidenciar e reproduzir a relação das entidades com o meio ambiente. Ela possui mais ambição que a contabilidade tradicional, visto que procura conhecer as externalidades e registrar, mensurar, avaliar e divulgar todos os eventos ambientais (MARQUES *et al.* 2010), podendo ser vista também como um “fenômeno importante empregado pelas organizações como uma das estratégias usadas para procurar a aceitação da sociedade, a fim de preservar sua imagem de um negócio legítimo” (ROSA, ENSSLIN e ENSSLIN, 2009).

Ainda de acordo com Marques *et al.* (2010), a evidenciação de informações sociais e ambientais é uma dilatação das publicações não habituais, que podem ou não integrar as demonstrações tradicionais. Elas envolvem informações a respeito de funcionários, processo produtivo, produtos, serviços à comunidade, precaução quanto à poluição e impactos ambientais, o que quer dizer que devem levar em conta as externalidades causadas pelas entidades.

Desta forma, a contabilidade ambiental busca aferir o resultado das práticas ambientais das empresas, sendo apropriado o debate da importância e da necessidade da divulgação de

informações ambientais, haja vista que o custo de publicação pode influenciar na exposição voluntária de informações (CALIXTO e FERREIRA, 2005).

Tem-se três pontos básicos sobre evidenciação: a quem divulgar a informação, qual a sua finalidade e qual a extensão em que se deve revelar (TINOCO e KRAEMER, 2008). Tinoco e Kraemer (2008) ainda definem que o objetivo do *disclosure* contábil é não apenas o de divulgar dados do desempenho financeiro e econômico, mas também o de evidenciar a performance social e ambiental para os indivíduos que, de alguma maneira, se relacionam com a empresa. Neste contexto, as empresas tendem a utilizar a divulgação ambiental como estratégia de marketing, publicando somente as ações que impactam positivamente na sua imagem. Entretanto, mesmo com a utilização excessiva dessa estratégia de mercado socioambiental, é pertinente adotar o aspecto positivo de que a informação prestada tem incentivado os concorrentes a realizar ações semelhantes, ou até mesmo melhores (RIBEIRO, 2005).

É importante ressaltar que não só as empresas concorrentes podem ser incentivadoras para uma melhora no *disclosure* ambiental das companhias; tem-se também as questões normativas, dentre outras. Como, no Brasil, as empresas passaram a seguir normas de contabilidade mais próximas das internacionais (CARDOSO *et al.*, 2008), tal fato pode ter refletido no aumento de informações ambientais, presentes nos relatórios contábeis.

Algumas das grandes empresas brasileiras, basicamente as de capital aberto e que negociam ações na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), já compreenderam o quão relevante se faz a evidenciação de suas apreensões com o meio ambiente para adquirirem a confiança junto aos vários usuários dessa informação, assim como reflexo na capacidade competitiva (RIBEIRO e GASPARINO, 2006).

Com isso, os autores acreditam que, com a finalidade de atender a essas empresas, têm sido divulgadas, desde o início dos anos 90, diversas guias e diretrizes sobre evidenciação ambiental, as quais, apesar de serem facultativas, servem como forma de impulsionar a preparação de relatórios com conteúdo ambiental e socialmente responsável. No Quadro 01, a seguir, serão apresentadas, de forma resumida, as recomendações mais mencionadas recentemente, sendo esta organização equivalente àquela adotada por Ribeiro e Gasparino (2006).

Quadro 01 - Regulamentação sobre Relatórios Ambientais

Categoria	Subcategoria
Diretrizes Brasileiras	
Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON)	Foi divulgado, por este Instituto, em 1996, a Norma Procedimentos de Auditoria 11, em que aponta que a Ciência Contábil, assim como as demais Ciências necessitam se esforçar em benefício da defesa e proteção contra a poluição e as agressões à Vida Humana e à Natureza. Neste documento, ele pontua que Ativos e Passivos Ambientais, quando existirem, deverão ser registrados nas Demonstrações Contábeis das empresas.
Instituto ETHOS	Sugere que o relatório social apresente informações quanto ao perfil do negócio, histórico da corporação, seus princípios e valores, governança corporativa, diálogo com partes interessadas e indicadores de desempenho econômico, social e ambiental, de maneira que possa gerar a relação entre os agentes envolvidos com a empresa: público interno, fornecedores, consumidores/clientes, comunidade, meio ambiente, governo e sociedade.
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)	Este Instituto tem discutido sobre a responsabilidade social e a ética nas organizações, sendo que, com tais discussões, visa à adoção de práticas responsáveis e transparência das ações empresariais. O IBASE possui uma empreitada constante para que companhias que atuam no Brasil divulguem o Balanço Social: demonstração que deve ser divulgada anualmente, reunindo informações acerca de planos, melhorias e atos sociais e ambientais direcionados a empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade.
Diretrizes Internacionais	
Global Compact	Consiste em uma ação, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), visando mobilizar o grupo empresarial internacional para a promoção de valores fundamentais nas áreas de direitos humanos, trabalho e meio ambiente. Essa iniciativa conta com a participação das agências da ONU, empresas, sindicatos, organizações não-governamentais entre outros parceiros.
Global Reporting Initiative - GRI	Visa melhorar a qualidade, a exatidão e a aplicabilidade dos relatórios de sustentabilidade. Ela tem ganhado apoio e a participação de representantes de diversos setores da economia como as indústrias, de grupos ativistas sem fins lucrativos, entre outros.
Eco-Management and Audit Scheme – (EMAS)	Entre os objetivos de sua fundação, está o reconhecimento público das companhias que se destacam no que diz respeito ao desempenho ambiental. O uso de prêmios e recompensas estimula o interesse das empresas em relação ao tema ambiental e elevam seu receio com relação à melhor maneira para apresentação dos relatórios ambientais, tornando-os cada vez mais transparentes e completos, pois, desse modo, despertam mais atenção da mídia e exercem influência sobre as decisões dos usuários externos.
Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting – ISAR	O ISAR vem debatendo os temas ambientais que podem influenciar o patrimônio das empresas. Já foram publicados por ele quatro relatórios que servem como orientação a respeito da evidenciação das questões ambientais.

Fonte: Ribeiro e Gasparino (2006)

Atualmente, as companhias têm procurado divulgar a maior quantidade de informações ambientais, mesmo que de forma facultativa, pois pode tornar-se um determinante de importantes investimentos, como apresentado pelo estudo de Ribeiro e Bellen (2008); para evidenciar tais informações, são adotadas por elas as recomendações propostas pelos órgãos regulamentadores dos relatórios ambientais, conforme mencionado no Quadro 01. Desta forma, torna-se relevante analisar o nível de evidenciação ambiental proporcionado pelas empresas brasileiras em seus relatórios contábeis, especialmente por aquelas que negociam títulos na NYSE. Algumas pesquisas já desenvolvidas anteriormente sobre o assunto foram elencadas na seção seguinte, em que pode-se perceber o diferencial proporcionado por este trabalho, ao complementar a discussão sobre a evolução na evidenciação ambiental considerando um período em que a contabilidade brasileira passa por significativas alterações.

2.2 RESULTADOS DE PESQUISAS ANTERIORES

Os resultados obtidos nas pesquisas anteriores reportaram que houve elevação na divulgação das informações ambientais apresentadas pelas entidades analisadas, como exposto pela pesquisa de Rover e Borba (2006) para o período de 2002 a 2004.

Quanto aos relatórios utilizados para evidenciação ambiental, Furtado *et al.* (2008) mostraram que cerca de 83% das informações ambientais, verificadas nas empresas analisadas, foram encontradas no relatório da administração e que, aproximadamente, 62% dessas informações são do tipo declarativa e 90% dos dados atribuem crédito à imagem da entidade, o que está em linha com as considerações de Ribeiro (2005), já comentadas. Rover, Murcia e Borba (2008) registraram resultados similares para dados ambientais publicados de maneira voluntária pelas empresas, com base nas demonstrações contábeis do ano de 2006. Complementado a análise, o estudo de Ribeiro e Bellen (2008) apontou que o relatório socioambiental foi o documento mais usado para divulgar informações ambientais.

Conforme destacado por Rover, Murcia e Borba (2008), esses resultados ratificam a teoria da evidenciação voluntária e as pesquisas anteriores (como a de FURTATO *et al.*, 2008), tendo em vista que não se imaginava que as companhias divulgassem de forma voluntária informações a respeito de suas práticas ambientais que pudessem trazer prejuízos à sua imagem.

Campbell (2004) estudou os demonstrativos anuais de 10 empresas do Reino Unido durante 27 anos, entre 1974 e 2000, quantificando sua evidenciação ambiental voluntária. Os resultados registraram uma elevação no volume geral do *disclosure* ambiental no período apurado. Foi possível verificar, também, uma relação positiva entre evidenciação ambiental e o grau de vulnerabilidade de determinados ramos com a ocorrência de passivos ambientais.

Para um período um pouco menor, mas com uma maior quantidade de empresas, Calixto (2006) analisou as informações ambientais evidenciadas por uma amostra de 80 empresas de capital aberto situadas no Brasil entre os anos de 1997 a 2005. Da mesma forma que o observado por Campbell (2004), os resultados mostram o sucessivo crescimento quantitativo de informações ambientais divulgadas por meio dos relatórios contábeis, principalmente por meio do relatório da administração. Considerando-se o argumento de que a convergência contábil, no Brasil, pode refletir, mesmo que indiretamente, no aumento de informações ambientais nos relatórios das empresas, talvez esse nível de informações tenha se mantido em constante aumento, o que será verificado por meio da análise empírica deste estudo.

Em relação aos determinantes do nível de evidenciação ambiental, tem-se trabalhos como os de Hackston e Milne (1996) e o de Patten (2002). Hackston e Milne (1996) testaram alguns prováveis fatores determinantes do nível de *disclosure* social e ambiental em empresas da Nova Zelândia. Por meio da análise dos resultados, pode ser verificado que tanto o

tamanho como o ramo de atividade estiveram significativamente relacionados com o grau de evidenciação ambiental, enquanto que a performance não esteve. Uma das justificativas para o tamanho das empresas estar relacionado ao seu nível de evidenciação pode ser encontrada em estudos como os de Horngren (1957), Leuz e Verrecchia (2000) e Lopes e Rodrigues (2007). Lopes e Rodrigues (2007), por exemplo, informam que empresas maiores tendem a possuir sistemas de informações superiores àqueles disponíveis em empresas menores. Tais sistemas de informações mais completos podem proporcionar informações detalhadas a menores custos, o que justificaria uma relação positiva entre o tamanho e o nível de *disclosure* das empresas.

Já em relação à divulgação ambiental e à performance ambiental, Patten (2002), com uma amostra de corporações norte-americanas, observou que as variáveis tamanho e natureza da atividade estão associadas ao nível de evidenciação ambiental, semelhante aos resultados obtidos por Hackston e Milne (1996). Foi mostrado, também pelos mesmos autores, que existe uma relação significativa entre o desempenho ambiental e evidenciação ambiental. Outro resultado observado foi o de os níveis mais elevados de emissão de poluentes ao meio ambiente pelas empresas estão associados com os maiores índices de evidenciação, o que, contudo, esteve em desacordo com os estudos realizados anteriormente pelo autor.

Em resumo, os resultados das pesquisas consultadas parecem mostrar uma preocupação das empresas em evidenciar informações sobre a sua interação com o meio ambiente. Entretanto, empiricamente, parece haver significativa preocupação entre o que a empresa pratica e o que se evidencia nos relatórios contábeis, sendo fornecida maior atenção a detalhes sobre informações que beneficiam sua imagem perante o mercado. Tal posicionamento, se efetivamente assumido, parece não ser coerente com a atual estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, especificamente no que se refere à neutralidade, conforme pode-se consultar no sítio eletrônico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Quanto ao objetivo, esta pesquisa se enquadra como descritiva, porque a intenção é descrever e classificar as diversas características das informações constantes nos relatórios avaliados. Segundo Gil (2002, p. 42), as pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis”.

Em relação à abordagem de pesquisa, este estudo classifica-se como quantitativo. De acordo com o estudo de Raupp e Beuren (2009, p. 92), a pesquisa quantitativa “caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados”. Nesta pesquisa, foram aplicados mecanismos estatísticos, como o Teste t de *student* e o cálculo dos coeficientes de correlação, para tratamento das informações.

Sobre os procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa é qualificada como bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica, conforme Silva (2003, p. 60), “explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos”.

Já a pesquisa documental, segundo Gil (2002, p. 45), “vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

A classificação do estudo como documental e bibliográfico se deve ao fato de que as informações necessárias para a elaboração do presente estudo encontram-se nos documentos

elaborados e divulgados pelas entidades, sendo os resultados comparados com a revisão bibliográfica que foi feita sobre o assunto.

3.2 AMOSTRA E FORMA DE COLETA DE DADOS

A amostra foi composta pelas empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), que negociam papéis na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). Ela foi escolhida de forma intencional, visto que são empresas que possuem um maior nível de acessibilidade dos seus dados e transparência das informações divulgadas (RIBEIRO e BELLEN, 2008). Em linha com trabalhos anteriores, como o de Murcia e Santos (2009), foram excluídas as Instituições Financeiras da análise pelo fato de tais companhias “possuírem características (ex. total de vendas, endividamento) que não podem ser comparáveis a empresas não-financeiras”. Assim, o total de empresas da amostra soma 25 e algumas informações sobre elas estão disponíveis no Quadro 02, a seguir.

Quadro 02: Amostra da Pesquisa

nº Empresa	Ativo Total em 31/12/2010
1 Cia de Bebidas das Américas - Ambev	42.678.300
2 Brasil Telecom S.A.	26.886.114
3 Braskem S.A.	34.477.491
4 BRF-Brasil Foods S.A.	27.751.547
5 Cia Energética de Minas Gerais - Cemig	33.555.834
6 Cia Brasileira de Distribuição	29.932.748
7 Cia Siderúrgica Nacional	37.801.214
8 Cia Paranaense de Energia - Copel	17.859.432
9 CPFL Energia S.A.	20.056.805
10 Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	146.901.002
11 Embraer S.A.	13.981.014
12 Fibria Celulose S.A.	30.163.492
13 Gafisa S.A.	9.549.554
14 Gerdau S.A.	42.891.260
15 Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.	9.063.847
16 Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.	519.970.003
17 Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp	23.350.584
18 Tam S.A.	14.459.063
19 Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras	447.159
20 Tele Norte Leste Participações S.A. (Telemar)	75.137.383
21 Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp	19.966.294
22 Tim Participações S.A.	19.370.852
23 Ultrapar Participações S.A.	12.989.843
24 Vale S.A.	214.662.114
25 Vivo Participações S.A.	21.843.778

Fonte: Econômica (2011).

Os relatórios ambientais necessários para a realização do presente estudo foram obtidos por meio de análise do *website* da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O período de abrangência da pesquisa se refere aos anos de 2005 e 2010, conforme justificativas já apresentadas na introdução do trabalho.

Para análise do nível de evidenciação, foi aplicada a técnica adotada por Ribeiro e Bellen (2008), que utiliza um índice proporcional de evidenciação, ou seja, a quantidade total do item coletado é dividida pela quantidade de relatórios analisados, isto é, calculam-se as

médias dos índices obtidos, garantindo assim que não haja diferença de comparabilidade entre os documentos. A coleta foi realizada por meio de *check list*, ou seja, os dados são contados somente uma única vez. O *check list* é composto pela junção de itens já analisados por outros autores, como Kraemer (1998) e de Murcia *et al.* (2010), e o instrumento de coleta de dados está disponível no Apêndice A. Dessa maneira, os resultados são examinados pelo contingente de companhias que expõem tal informação. O critério de avaliação da evidenciação é o mesmo utilizado por Malaquias (2008, p. 29), que consiste em tratar os dados como variáveis dicotômicas, que adotam os valores de 0, caso não evidenciado ou 1, se estiver evidenciado.

Depois de mensurada a evidenciação, partiu-se para a análise de sua evolução de 2005 para 2010, o que foi feito por meio do Teste t de *Student* (BUSSAB e MORETIN, 2003). Ou seja, o nível médio de evidenciação de 2005 foi comparado com o de 2010, para verificar se houve diferença estatisticamente significativa no nível de evidenciação entre os períodos.

Em seguida, foram analisados os possíveis fatores determinantes da evidenciação, que estiveram associados com o tamanho das empresas (medido pelo valor do seu Ativo Total), o nível de Governança Corporativa (medido conforme a sua classificação na BM&FBOVESPA quanto à Governança Corporativa), a participação em setores regulamentados (medido por meio da verificação se a companhia é pertencente ou não de setor regulamentado) e o tempo de registro na NYSE (medido pela diferença entre o ano em que a empresa passou a emitir ADRs e o ano de 2010). Para cada um, é esperada uma relação positiva com o grau de evidenciação. Destaca-se que foram considerados como setores regulamentados os de Telecomunicações, Energia Elétrica e o de Petróleo e Gás.

Foram formadas quatro hipóteses com a finalidade de verificar se os referidos fatores podem afetar a evidenciação. Tais hipóteses são mostradas a seguir.

Hipótese 1 (H_1): o tamanho está associado com o grau de evidenciação, pois espera-se que quanto maior a empresa, mais elevado será o nível de evidenciação, conforme estudos realizados anteriormente por Hackston e Milne (1996), Leuz e Verrecchia (2000), Nossa (2002) e Lopes e Rodrigues (2007).

Hipótese 2 (H_2): o nível de governança corporativa também é capaz de influenciar na evidenciação (GALLON, 2006) tendo em vista que empresas listadas nesses níveis oferecem aos seus acionistas maior transparência da empresa, com evidenciação de um volume elevado de dados (BM&FBOVESPA, 2011).

Hipótese 3 (H_3): a participação em setores regulamentados também pode influir na evidenciação, porque se espera que as empresas participantes desses setores divulguem mais informações, pelo fato dessas companhias “já cumprirem exigências de prestação de contas aos seus devidos órgãos reguladores” (MALAQUIAS, 2008, p. 16).

Hipótese 4 (H_4): pressupõe-se que as companhias que tenham se registrado há mais tempo, na NYSE, tendem a evidenciar mais informações, tendo em vista que elas possuem um costume maior de emissão “de relatórios contábeis segundo as normas de contabilidade norte-americanas” (MALAQUIAS, 2008, p. 16).

Para averiguar a relação do tamanho com a evidenciação, foi utilizada a análise de correlação. Para verificar a relação entre a evidenciação e o nível de governança, foi empregada a comparação de médias por meio da Análise de Variância (ANOVA). Para realizar a análise da influência do setor na evidenciação, recorreu-se ao Teste t de *Student*. Já para constatar a relação entre o tempo de registro na NYSE e evidenciação, foi utilizada a correlação. Todos os testes realizados foram avaliados, considerando-se um nível de significância de 5% (HAIR JR. *et al.*, 2005). A descrição numérica a respeito das variáveis do estudo pode ser encontrada no Apêndice B.

As limitações deste estudo estão pautadas, principalmente, com algum viés na mensuração da evidenciação dos relatórios analisados. Outro limite encontrado nesta pesquisa

é a quantidade de empresas analisadas, visto que se restringem apenas as empresas brasileiras que negociam papéis na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os relatórios contábeis das empresas escolhidas foram analisados conforme o instrumento de coleta de dados apresentado no Apêndice A. Com isso, foram obtidos os índices de evidenciação por empresa e por período.

A primeira análise realizada foi a comparação de médias entre a evidenciação de 2005 e 2010, conforme mostra a Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Teste t de Student entre os Níveis de Evidenciação de 2010 e 2005

Variáveis	n	Média	Desv. Pad.	Signif.
Evidenciação 2010	25	0,350	0,221	0,001
Evidenciação 2005	25	0,264	0,198	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se que o *disclosure* do ano de 2010 foi maior que 2005, em linha com os estudos de Campbell (2004) e Calixto (2006), ou seja, o nível de evidenciação ambiental vem aumentando com o decorrer do tempo. Tal fato pode estar sendo influenciado, mesmo que indiretamente, pelas maiores exigências de *disclosure* decorrentes da convergência para as normas internacionais de contabilidade, conforme raciocínio apresentado anteriormente no trabalho.

Em seguida, foi analisado o impacto das demais variáveis selecionadas para o estudo, no nível de evidenciação. A Tabela 2 expõe a correlação entre as variáveis de tamanho e tempo de registro na NYSE.

Tabela 2 - Correlações entre as variáveis tamanho e tempo de registro na NYSE com os níveis de evidenciação

Variáveis	Estatísticas	Evidenciação 2010	Evidenciação 2005
Evidenciação 2005	Pearson Correlation	0,873	1,000
	Sig. (2-tailed)	0,000	-
Ativo Total 2010	Pearson Correlation	0,543	-
	Sig. (2-tailed)	0,005	-
Ativo Total 2005	Pearson Correlation	-	0,567
	Sig. (2-tailed)	-	0,003
Tempo ADRs	Pearson Correlation	-0,107	-0,051
	Sig. (2-tailed)	0,611	0,810

Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando a Tabela 2, observa-se que houve uma correlação positiva de 87% entre os índices de evidenciação de 2010 e 2005, e esta correlação assinalou um nível de significância abaixo de 5%, indicando que a correlação não é fruto do acaso. Isso quer dizer que as empresas que evidenciaram dados ambientais mais detalhados em 2005, em média, continuaram a divulgar informações ambientais mais detalhadas em 2010. Nota-se, também, que a relação entre o Ativo Total em 2010 e os índices de evidenciação de 2010 foi de 53%, positiva e significativa, corroborando o que foi apresentado no referencial teórico

(HACKSTON; MILNE, 1996; LEUZ; VERRECCHIA, 2000; NOSSA, 2002; LOPES; RODRIGUES, 2007) e indicando a não rejeição de H_1 . Isso pode indicar que quanto maior a empresa, maior foi o seu nível de evidência ambiental, e vice-versa, apesar de essa correlação poder ser avaliada como moderada. Vale destacar que essa correlação apresenta-se moderada, ou seja, seu coeficiente de correlação se encontra entre 0,30 e 0,70.

Por outro lado, percebeu-se uma correlação negativa de 10,7% e 5,1% entre a variável tempo de registro das empresas na NYSE com os índices de evidência de 2010 e 2005, respectivamente, o que poderia indicar que quanto maior o tempo em que a empresa se encontra listada na NYSE, menor foi o seu nível de evidência. No entanto estas correlações não foram significantes ao nível de 5%. Com isso, não há subsídios para se aceitar ou rejeitar H_4 .

Em seguida, foi realizada a comparação entre os índices de evidência de 2010 e 2005 com relação às companhias que participam ou não de setores regulamentados, conforme a Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 - Teste t de *Student* entre os níveis de evidência segregados por setores regulamentados e não regulamentados

Variáveis	Regulamentado?	n	Média	Desv. Pad.	Signif.
Evidência 2010	não	13	0,299	0,155	0,007
	sim	12	0,405	0,272	
Evidência 2005	não	13	0,195	0,155	0,086
	sim	12	0,339	0,217	

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 3 aponta que o índice médio de evidência das empresas de setores regulamentados (12 empresas), em relação ao ano de 2010, foi de 40%, enquanto que as companhias de setores não regulamentados (13 empresas) foi de 29%, sendo esta relação estatisticamente significativa em um nível de 5%. Isso denota que as companhias de setores regulamentados divulgam mais informações ambientais que as pertencentes a setores não regulamentados no ano de 2010, corroborando o que foi apresentado em H_3 .

Em relação aos índices de 2005, embora as médias das empresas de setores regulamentados sejam superiores às das empresas de setores não regulamentadas, 33% a 19%, essa associação não se apresentou como estatisticamente significativa a 5%. Contudo, em um nível menos conservador de significância (10%, por exemplo), tal diferença pode ser considerada como significativa.

Em seguida, foi realizada a comparação entre os níveis de evidência de 2010 e 2005 com os níveis de Governança Corporativa das empresas.

Tabela 4 - Análise de variância para comparação de médias (ANOVA)

Variáveis	Níveis de Governança	n	Média	Desv. Pad.	Signif.
Evidenciação 2010	Tradicional	10	0,289	0,222	0,292
	Nível 1	8	0,451	0,247	
	Nível 2 ou Novo Mercado	7	0,321	0,173	
Evidenciação 2005	Tradicional	10	0,229	0,178	0,359
	Nível 1	8	0,348	0,193	
	Nível 2 ou Novo Mercado	7	0,219	0,226	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota-se que, em 2010, apesar de as empresas constantes no Nível 1 de Governança possuírem a maior média (45%) em relação às demais, essa diferença não é significativa ao nível de 5%. Situação semelhante ocorreu em 2005, quando, embora as empresas do Nível 1 apresentassem maior média (34%), as diferenças entre as médias não foram estatisticamente significantes, pois encontrou-se um nível de significância de 35,9%. Esse resultado revela que o Nível de Governança parece não possuir relação direta com o grau de evidenciação das empresas, diferentemente do que era esperado. Assim, não há indícios para se aceitar ou rejeitar H_2 .

Os resultados assinalam que o nível de evidenciação aumentou com o decorrer do tempo em conformidade com os estudos de Calixto (2006) e Rover e Borba (2006). Verificou-se, também, que a variável tamanho se mostrou positivamente correlacionada com o grau de *disclosure*, apresentando uma correlação moderada, semelhante aos resultados obtidos por Braga, Oliveira e Salotti (2009). Em seguida, constatou-se que, em 2010, as empresas pertencentes a setores regulamentados evidenciaram mais informações ambientais do que as de setores não regulamentados, diferente dos resultados obtidos em relação a 2005, em que, apesar de as companhias, aparentemente, divulgarem mais dados ambientais, esse resultado não foi estatisticamente significativo ao nível de 5%. Outro resultado observado foi o de que o nível de evidenciação das empresas não apresentou relação significativa com Nível de Governança, concordando com Malaquias (2008), mas discordando da teoria sobre o assunto, pois espera-se que empresas pertencentes a níveis diferenciados de Governança Corporativa forneçam melhores níveis de evidenciação em seus relatórios contábeis (GALLON, 2006).

É importante se destacar que, apesar do aumento observado no nível de evidenciação, em média, seu valor ficou em 35% para o ano de 2010. Ou seja, o *disclosure* das empresas parece poder ainda ser melhorado, com base no instrumento de coleta de dados utilizado. Há algumas empresas com altos níveis de evidenciação, conforme pode-se consultar no Apêndice B, mas a média dos itens evidenciados ainda não chega a 50%. Essa situação ainda é melhor do que aquela disponível em 2005, quando o nível médio de evidenciação foi de 26,4%. Levando-se em consideração que a informação contábil é importante para a eficiência no mercado de capitais, para a mobilidade internacional de recursos (HEALY e PALEPU, 2001; YOUNG e GUENTER, 2003) e para menores custos de capital (BAUMAN e NIER, 2004; ALENCAR e LOPES, 2005), entende-se que há certa diferença entre o que seria o nível de evidenciação ambiental completo e o praticado pelas empresas (pressupondo-se que os requisitos elencados no Apêndice A referem-se ao que seria adequado, ou mínimo, para o *disclosure* ambiental).

Os impactos (mesmo que indiretos) referentes à convergência para as normas internacionais de contabilidade podem ainda não ter sido significativos no que se refere à evidenciação ambiental. Se houver o pressuposto de que esse impacto se dará ao longo de

diferentes períodos, nos quais as empresas estarão mais familiarizadas com notas explicativas mais detalhadas referentes a itens normativos, espera-se que este índice médio alcance, pelo menos, 50% das informações presentes no instrumento de coleta de dados. Ou seja, espera-se que a melhora no *disclosure* compulsório gere um impacto positivo no *disclosure* voluntário das empresas brasileiras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo foi desenvolvido com o objetivo geral de comparar o nível de evidência ambiental fornecido pelas companhias brasileiras de capital aberto, em seus relatórios contábeis, comparando os dados dos relatórios publicados em 2005 com os publicados em 2010. Segundo o estudo de Marques *et al.* (2010), o *disclosure* ambiental abrange informações sobre funcionários, processo produtivo, serviços à contabilidade, precaução quanto à poluição e impactos ao meio ambiente.

Foram pesquisadas 25 empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA) que negociam títulos na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

Para analisar a relação da evidência entre 2010 e 2005, foi realizado o cálculo dos coeficientes de correlação relativos a 2010 e 2005, entre os índices de evidência, o ativo total e o tempo em que as empresas estão listadas na NYSE. Os resultados mostraram que o nível de evidência ambiental aumentou com o decorrer do tempo. Por meio da análise de correlações, verificou-se que a variável tamanho apresentou correlação positiva e moderada com os níveis de evidência de 2010 e 2005. Por meio do Teste t de *Student*, foi possível verificar se as entidades de setores regulamentados evidenciam mais informações ambientais do que as constantes em setores não regulamentadas, os resultados mostraram que as empresas de setores regulamentados expõem mais informações ambientais em relação às pertencentes a setores não regulamentados. Em seguida, foi realizada a análise de variância (ANOVA), em que se pode verificar que o nível de governança das empresas não possui relação direta com os níveis de evidência, tal como já indicado por outros estudos, como Malaquias (2008).

Com a convergência internacional das normas brasileiras para as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS, espera-se que as companhias brasileiras divulguem seus demonstrativos financeiros de forma mais transparente e, por consequência, evidenciem mais informações ambientais.

Nota-se também que, segundo Ribeiro e Bellen (2008), informações sobre o desempenho ambiental tornaram-se um determinante para investimentos relevantes. Conforme esses autores, a não divulgação de dados ambientais pelas companhias já é uma desvantagem competitiva no mercado. Neste cenário, espera-se que as empresas brasileiras aumentem cada vez mais os níveis de *disclosure* ambiental como uma das formas de captar investidores.

Recomenda-se a realização de pesquisas futuras para verificar os fatores que levaram as empresas brasileiras listadas há mais tempo na NYSE a evidenciar menos informações ambientais. Outra sugestão seria estender este estudo para as demais empresas listadas na BM&FBOVESPA.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, R. C.; LOPES, A. B. Custo do Capital Próprio e Nível de Disclosure nas Empresas Brasileiras. In: V CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2005, São Paulo – SP. **Anais ...** São Paulo: USP, 2005.
- BAUMANN, U.; NIER, E. Disclosure, Volatility, and Transparency: an empirical investigation into the value of bank disclosure. **Economic Policy Review** – Federal Reserve Bank of New York. vol. 10. n. 2. p. 31-45. sep. 2004.
- BUENO, A. F. Problemas de Disclosure no Brasil – o caso das empresas com ações no exterior. **Caderno de Estudos**. FIEPECAFI. n. 20. jan./abr. 1999.
- BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Disponível em: < <http://www.bmfbovespa.com.br> >. Acesso em: 18 set. 2011.
- BRAGA, J.P.; OLIVEIRA, J.R.S.; SALOTTI, B.M. Determinantes do nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2009.
- BUSSAB, W.O.; MORETIN, P.A. **Estatística básica**, 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- CALIXTO, L. Uma análise da evidenciação ambiental de companhias brasileiras – de 1997 a 2005. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 13., 2006, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2006.
- CALIXTO, L; FERREIRA, A. C. S. Contabilidade ambiental: aplicação das recomendações do ISAR em empresas do setor de mineração. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 7., 2005, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2005.
- CAMPBELL, D. A longitudinal and cross-sectional analysis of environmental disclosure in UK companies – a research note. **The British Accounting Review**. v. 36, p. 107-117, 2004.
- CARDOSO, R.L.; SILVA, M.A.; TENÓRIO, F.G.;SARAIVA, E.J. Regulação da Contabilidade e Regulação Contábil: Teorias e Análise da Lei nº 11.638/2007. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18, Gramado, 2008. **Anais...** Gramado, CFC, 2008.
- COSTA, R.S.; MARION, J. C. A Uniformidade na Evidenciação das Informações Ambientais. **Revista de Contabilidade & Finanças**, São Paulo, nº 43, p. 20-33, Jan/Abr 2007.
- FURTADO, E.M.; LAGIOIA, U.C.T.; LIBONATI, J.J.; MACIEL, C.V. A Evidenciação no Balanço Social dos Danos Causados Pelos Produtos de Empresas Fabricantes de Cerveja: Análise de uma Empresa Cervejeira. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2008.

GALLON, A. V. **Evidenciação Contábil nos Relatórios da Administração das Empresas Participantes dos Níveis de Governança da BOVESPA**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Blumenau: FURB. 2006.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HACKSTON, D.; MILNE, M. J. Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. v. 9, n. 1, p.77-108, 1996.

HAIR JR., J. F. *et al.* **Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração**. Tradução de Lene Belon Ribeiro. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HEALY, P. M.; PALEPU, K. G. Information Asymmetry, Corporate Disclosure, And The Capital Markets: a review of the empirical disclosure literature. **Journal of Accounting and Economics**. vol. 31. p. 405-440. 2001.

HORNGREN, C. T. Disclosure: 1957. **The Accounting Review**. vol. 32. n. 4. p. 598-604. Oct. 1957.

KRAEMER, M. E. P. **Passivo ambiental**. 1998. Disponível em:
< <http://www.amda.org.br/objeto/arquivos/107.pdf> >. Acesso em: 18 set. 2011.

LEUZ, C.; VERRECCHIA, R. E. The Economic Consequences of Increased Disclosure. **Journal of Accounting Research**. vol. 38. Supplement: Studies on Accounting Information and the Economics of the Firm. p. 91-124. 2000.

LOPES, P. T.; RODRIGUES, L. L. Accounting for Financial Instruments: an analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange. **The Journal of Accounting**. v. 42. p. 25-56. 2007.

MALAQUIAS R. F. **Disclosure de instrumentos financeiros segundo as Normas Internacionais de Contabilidade: evidências empíricas de empresas brasileiras**. 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2008.

MARQUES, M.M.; JUNIOR, E.A.M.B.; FREIRE, F.S.; PEREIRA, E.M. Evidenciação Ambiental: Uma análise da evolução dos investimentos ambientais e o reflexo no que é divulgado. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2010.

MURCIA, F.; SOUZA, F. C.; DILL, R. P.; COSTA JR., N. A. Impacto do nível de disclosure corporativo na volatilidade das ações de companhias abertas no Brasil. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010. São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2010.

MURCIA, F.; SANTOS, A. Regulação Contábil e a Divulgação de Informações de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos: Análise do Impacto da CVM N° 566/08 e da CVM N° 475/08 no Disclosure das Companhias Abertas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, p. 3-21, 2009.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional.** 2002. 246 p. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, São Paulo, 2002.

PATTEN, D. M. The relation between environmental performance and environmental disclosure: a research note. **Accounting, Organizations and Society.** v. 27, p. 763-773, 2002.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, I. M. (org.) **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 3. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. p. 76-97. Cap. 3.

RIBEIRO, A.M.; BELLEN, H.M.V. Evidenciação Ambiental: Uma comparação do nível de evidenciação entre os relatórios das empresas brasileiras. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2008.

RIBEIRO, M.S.. **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2005.

RIBEIRO, M.S.; GASPARINO, M.F. Evidenciação Ambiental: Comparação entre Empresas do setor de papel e celulose dos Estados Unidos e Brasil. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2006.

SOUZA, V.R.; RIBEIRO, M.S. Aplicação da Contabilidade Ambiental na Indústria Madeireira. **Revista Contabilidade e Finanças – USP.** São Paulo, n. 35, p. 54-67, maio/ago. 2004.

ROSA, F.S.; ENSSLIN, S.R.; ENSSLIN, L. Evidenciação ambiental: processo estruturado de revisão de literatura sobre avaliação de desempenho da evidenciação ambiental. **Sociedade, Contabilidade e Gestão,** v. 4, n. 2, p. 24-37, 2009.

ROVER, B.; BORBA, J.A. A Evidenciação das Informações Ambientais nas Demonstrações Contábeis das Empresas que Atuam no Brasil e que Negociam ADRs na Bolsa de Valores dos Estados Unidos: Uma Análise das DFPs (CMV) e do Relatório 20-F (SEC). In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2006.

ROVER, S.; MURCIA, F.D.R.; BORBA, J.A. Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. **Revista de Contabilidade e Organizações.** v. 3, n.2, p. 53-72, 2008.

SILVA, A.C. R.. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2003.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental.** São Paulo: Atlas, 2008.

YOUNG, D.; GUENTHER, D. A. Financial Reporting Enviroments and International Capital Mobility. **Journal or Accounting Research.** v. 41. n. 3. p. 553-579. Jun. 2003.

APÊNDICE A: *Check List* elaborado para medir o Nível de Evidenciação

1	Houve investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente?
2	Foram efetuados investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados?
3	Foram efetuados investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade?
4	Houve investimentos e gastos com outros projetos ambientais?
5	É informado sobre a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade?
6	É informado sobre o valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente?
7	É informado sobre passivos e contingências ambientais?
8	Houve Investimentos de caráter social?
9	Os Produtos/serviços da empresa estão adequados às normas de segurança?
10	Fez menção a reclamações sobre produtos e/ou serviços?
11	Há informações quanto aos dados de Colaboradores (Não Administradores) como: Número de funcionários; Remuneração dos funcionários; Benefícios aos funcionários; Satisfação dos funcionários; Informação sobre minorias na força de trabalho; Educação e treinamento dos funcionários; Segurança no local de trabalho; Dados sobre acidentes de trabalho; Relacionamento com sindicatos ou órgãos de classe?
12	Há Declaração das políticas, práticas, ações atuais?
13	Há o estabelecimento de metas e objetivos ambientais Compliance com a legislação ambiental Parcerias, conselhos, fóruns ambientais Prêmios e participações em índices ambientais Gestão e Auditoria Ambiental?
14	Fez menção sobre Gestão Ambiental, Auditoria Ambiental e ISO 9000?
15	Foi informado sobre os impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente como: Desperdícios e resíduos; Processo de acondicionamento (embalagem); Reciclagem; Desenvolvimento de produtos ecológicos; Uso eficiente e/ou reutilização da água; Impacto no meio ambiente (vazamentos, derramamentos, terra utilizada etc.) e; Reparos aos danos ambientais?
16	Foi informado sobre a Conservação e/ou utilização mais eficiente da energia nas operações?
17	Foi informado sobre a Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia?
18	Foi informado sobre o Desenvolvimento ou exploração de novas fontes de energia?
19	Há informações sobre Investimentos Ambientais?
20	Há informações sobre Custos e Despesas Ambientais?
21	Há informações sobre Passivos Ambientais?
22	Foi informado sobre Práticas Contábeis de itens ambientais?
23	Foi informado sobre Seguro Ambiental?
24	Há informações sobre Ativos Ambientais Intangíveis?
25	Há informações sobre Educação Ambiental?
26	Há informações sobre Pesquisas relacionadas ao Meio Ambiente?
27	Há informações sobre Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL); Créditos de carbono; Emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE); Certificados de Emissões Reduzidas (CER)?
28	Faz menção relativa à sustentabilidade; Gerenciamento de florestas e/ou reflorestamento; Conservação da biodiversidade; Relacionamento ambiental com stakeholders?

Fonte: Kraemer (1998) e Murcia *et al.* (2010) com adaptações.

APÊNDICE B: Índices de Evidenciação por empresa

nº	Nome	Evidenciação 2010	Evidenciação 2005	Ativo Total 2010	Tamanho	Ativo Total 2005	S.R.	G.C.	Tempo
1	Ambev	0,250	0,036	42.678.300	1	33.492.833	0	0	9,431
2	Brasil Telecom	0,107	0,179	26.886.114	1	16.728.089	1	0	8,244
3	Telebras	0,071	0,036	447.159	0	292.497	1	0	11,597
4	Braskem	0,679	0,536	34.477.491	1	15.590.751	0	1	11,192
5	BRF Foods	0,250	0,214	27.751.547	1	3.632.220	0	2	9,333
6	Cemig	0,750	0,429	33.555.834	1	19.839.585	1	1	8,408
7	Cia Bras. Distribuição	0,107	0,214	29.932.748	1	10.923.212	0	1	12,778
8	Cia Sider. Nacional	0,393	0,357	37.801.214	1	24.447.710	0	0	12,308
9	Copel	0,571	0,500	17.859.432	0	10.939.006	1	1	12,603
10	Tim Part. S/A	0,179	0,179	19.370.852	0	4.385.063	1	0	11,206
11	CPFL Energia	0,286	0,286	20.056.805	0	13.851.442	1	0	5,333
12	Telesp	0,250	0,107	19.966.294	0	18.849.142	1	0	11,442
13	Vivo	0,107	0,250	21.843.778	0	13.786.733	1	0	11,289
14	Eletrobras	0,643	0,571	146.901.002	1	120.447.618	1	1	1,189
15	Embraer	0,464	0,321	13.981.014	0	16.983.050	0	2	9,586
16	Vale	0,429	0,321	214.662.114	1	53.593.732	0	1	9,672
17	Tam S/A	0,286	0,143	14.459.063	0	3.310.808	0	2	3,869
18	Fibria	0,214	0,036	30.163.492	1	9.554.628	0	2	9,858
19	Gafisa	0,143	0,036	9.549.554	0	984.252	0	2	2,839
20	Ultrapar	0,179	0,036	12.989.843	0	3.631.273	0	1	10,389
21	Gerdau	0,250	0,179	42.891.260	1	21.879.186	0	1	10,972
22	Gol	0,250	0,107	9.063.847	0	2.255.856	0	2	5,644
23	Telemar	0,429	0,214	75.137.383	1	27.265.407	1	0	11,331
24	Petrobras	0,821	0,643	519.970.003	1	183.521.108	1	0	9,531
25	Sabesp	0,643	0,679	23.350.584	0	17.435.166	1	2	7,758

Notas: S.R. – Setor Regulamentado; G.C. – Governança Corporativa

Fonte: Elaborado pelos autores.